

AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO CÍRCULO ESCOLAR DE BEJA DO ANO DE 1888

João Sant'Ana de Matos
Escola Superior de Educação de Beja

1. Apresentação

Os textos, que abaixo transcrevemos, mostram-nos alguns aspectos da actividade e da realidade escolares, ao nível da instrução primária, no último quartel do século XIX.

À data, estava ainda em vigor o essencial da reforma do ensino primário levada a cabo por Costa Cabral mais de quarenta anos antes (1844), com a qual o ensino se torna obrigatório dos 7 aos 15 anos, aplicando-se multas aos faltosos, e são instituídos dois graus, o elementar (aprender a ler, a escrever e a contar; princípios de moral, de doutrina cristã e de civilidade; princípios de história de Portugal; alguma gramática) e o complementar (reforço do nível anterior, acrescido de desenho linear, gramática portuguesa, geografia, história geral e sagrada, aritmética e geometria). Pelo caminho ficara, entretanto, a reforma da educação e da instrução primária proposta pelo Ministro dos Negócios da Instrução Pública, D. António da Costa, em Junho/Julho de 1870¹, não concretizada devido à queda do “governo dos 69 dias” liderado pelo Duque de Saldanha que, através de um golpe de estado, impusera ao rei D. Luís a demissão do governo liderado pelo 1º duque de Loulé, Nuno Rolim de Moura Barreto. Em 1878 surge uma outra reforma do ensino primário, mas na realidade ela mantém a estrutura e princípios gerais da de Costa Cabral, modificando ou precisando, somente, alguns aspectos laterais (por exemplo, a escolaridade obrigatória passa a ser dos 6 aos 12 anos e são precisadas algumas excepções a esta obrigatoriedade, como a distância à escola, a pobreza, a incapacidade revelada pelo insucesso em exames sucessivos, etc.). Ainda nesse ano de 78 surge a novidade, importante pelas suas implicações e pelos objectivos subjacentes, de serem criados cursos primários para adultos.

Por esta altura, meados de 1870, João de Deus divulgara a sua *Cartilha Maternal, ou arte de leitura*; Antero, Eça, Oliveira Martins e outros, que poucos anos antes andavam nas bocas do mundo pelas suas posições face ao instituído e estagnado mundo das letras (1865-6: Questão Coimbrã), preparar-se-iam para outra surtida na “apagada e vil tristeza” que era a vida cultural portuguesa, com as polémicas, e logo proibidas, Conferências do Casino (1871). Portugal teria uns quatro milhões e duzentos mil habitantes, umas quatro mil freguesias e cerca de duas mil e trezentas escolas oficiais, das quais trezentas e cinquenta eram femininas. Reformas no ensino próximas de 1888, ou que como tal possam ser chamadas, somente no ensino secundário, com a tentativa de reestruturação do ensino técnico,

que passaria a ser muito mais prático, levada a cabo por Emídio Navarro em 1886, mas que o ministro João Franco iria revogar cinco anos mais tarde. Nas letras, Eça publica *A Relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888). Pouco depois, inícios de 1889, surgem os primeiros atritos com Inglaterra, que irão descambar no *ultimatum*, e, ainda neste ano, morre o rei D. Luís (19 de Outubro de 1889).

Em relação aos textos propriamente ditos, eles revelam-nos, em primeiro lugar, algo que entendemos ser de realçar, por entretanto a sua prática ter desaparecido. Referimo-nos, concretamente, à existência, no início dos anos lectivos, de encontros de professores para debaterem aspectos pedagógicos e conteúdos programáticos daquilo que leccionam, apesar dos resultados nulos, ou quase, que tal actividade obtinha junto dos organismos superiores, como se queixa Luiz Augusto Pimenta, professor oficial de Moura, na sua **Memória**: «embora o trabalho intelectual de tantas inteligências empregado em assuntos de pedagogia, desde que existem os congressos pedagógicos no nosso país, não tenha, até hoje, merecido a atenção do nosso «Governo» e, por conseguinte, não tenhamos podido, durante esse espaço de tempo, conhecer e emendar os nossos defeitos e os nossos erros» (ver, *infra*, ls. 467-472). Refira-se, a propósito, que estes encontros tinham o nome específico e concreto de Conferências Pedagógicas e tinham sido criados por decreto de 1878, embora a sua regulamentação só venha a ocorrer três anos mais tarde. Estas conferências tinham uma periodicidade anual, realizavam-se nas sedes dos círculos escolares e eram presididas por um subinspetor. Durariam entre cinco a oito dias, com três a seis horas diárias, e tinham como seus objectivos principais o aperfeiçoamento das metodologias, o melhoramento da organização escolar, etc. Anote-se, também, que cada circunscrição escolar, e tinham sido criadas doze no país, era chefiada por um inspector e dela faziam parte um número de círculos escolares e de subinspetores variável e determinado pelo Governo. Ao Alentejo correspondia a nona circunscrição, dividida por dois distritos administrativos, Évora e Beja, e por quatro círculos escolares. Ao terceiro círculo escolar desta nona circunscrição, aquele que aqui nos ocupa, correspondiam as escolas dos concelhos de Alvito, Barrancos, Beja, a sede, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura, Serpa e Vidigueira; ao quarto, Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola, a sede, Odemira e Ourique.

Da leitura das opiniões dos professores, antigas de mais de um século, se pode aquilatar das diferenças e das evoluções entretanto ocorridas, mas também da similitude de situações, da semelhança de problemas e daquilo que bem se poderia considerar como permanência, inércia, estagnação. Apercebemo-nos, por isso, da existência de problemas tão candentes quanto actuais, sejam eles de ordem pedagógica, de cariz didáctico, de índole social ou marcadamente profissionais.

Discute-se, nestas conferências, tanto a existência de livro único, como os métodos didáticos mais aconselháveis; sugerem-se práticas para cativar, para seduzir os alunos e, por essa via, combater o abandono escolar.

Nelas se mostram as dificuldades de ordem económica e o mal-estar sentidos pelo corpo docente; critica-se a falta de respeito para com estes profissionais; protesta-se por as entidades governamentais (do país ou locais) não assumirem as responsabilidades inerentes à governação do espaço escolar, ou pela não concretização de compromissos anteriormente assumidos — caso paradigmático é o que acontece com a recusa, pela Câmara de Beja, em subsidiar a presença dos professores na Conferência, ao contrário do que fizera em anos anteriores, atitude que está na origem do seu abandono por muitos professores: «Em seguida, o[s] professor[es] Paiva, Faria e Casaca, declararam à presidência não poderem assistir ao resto das sessões d'esta Conferência (ainda que para isso lhe[s] sobejasse demasiada vontade) pela razão da Câmara do Concelho de Beja se recusar a dar-lhes o costumado subsídio e não estarem eles habilitados a fazerem essa despesa dos seus bolsos, motivo pelo qual pediam licença para se retirarem para as suas escolas» (ls. 101-107). Note-se, de passagem, que, consoante os governos, assim se centralizava ou descentralizava o ensino, atribuindo às Câmaras Municipais responsabilidades na gestão das escolas de instrução primária.

Mas também se louva quem defende o «professor de instrução primária» (vejam-se as referências aos «senhores deputados João Augusto Pina, João Pinto Rodrigues dos Santos e J. Simões Dias», ls. 24-30, e ao «meritíssimo redactor da «Federação Escolar», senhor Francisco José Cardozo», ls. 91-101); também se tem consciência da posição importante do «professorado primário» no quadro dos profissionais da educação; também se reconhece o papel imprescindível da educação no desenvolvimento do país: «Sabido é que todos os esforços do homem se conglobam n'estas duas questões: fazer produzir a terra; concertar estes produtos, dando-lhes a forma que precisam tomar para satisfazerem as nossas necessidades, e tudo isto fazê-lo na maior quantidade e na melhor qualidade. D'aquí sai claramente a precisão absoluta de se educar o homem para fazer produzir, e saber converter esses produtos; n'uma palavra, as escolas agrícolas e industriais impõe[m]-se claramente. São estas as duas orde[ns] d'escolas e a natureza do ensino que o século dezanove impõe a todas as nações como absolutamente indispensáveis», escreve, no item Quatro, a «professora vitalícia d'instrução primária de Barrancos, Maria Fialho Prego» (ls. 268-277).

É certo que alguns argumentos pedagógicos ou didáticos aduzidos pelos conferencistas nos poderão fazer sorrir a esta distância, mas situados na época verificaríamos que a argumentação apresentada tem não só algum fundamento como tem subjacente algum pragmatismo. Bons exemplos encontramos no Relatório

apresentado pela acima citada professora de Barrancos, aliás o único a responder aos doze itens que iriam ser tratados na Conferência desse ano.

E como entendemos que, na maioria das vezes, o texto em si próprio diz mais e melhor que qualquer comentário crítico, por aqui nos ficamos quanto a explicações.

O documento, que a seguir se transcreve na íntegra, não sendo o original, é, a nosso ver, uma cópia bastante fiel desse original extraída, não se sabe para que fins ou efeitos. Não é o original porque, sendo actas de reuniões, seria natural que elas fossem registadas em livro próprio para o efeito, mas o documento em que surgem transcritas é um caderno de doze folhas sem mais texto que o relativo às duas reuniões em causa; e, mais importante ainda, o registo final dos nomes do presidente e secretários das reuniões pertencem à mesma mão do restante texto, ou seja, as assinaturas autógrafas que deveriam encerrar as actas não existem, sim o registo do nome dos intervenientes feito pela mesma pessoa que copiou o texto (já a transcrição dos Relatórios implicaria que as assinaturas fossem substituídas pelo simples registo dos nomes, como aliás acontece). Consideramo-lo, porém, uma cópia fiel, quiçá oficial, apesar da inexistência de qualquer indicação nesse sentido, por vários aspectos, tanto de ordem textual, como de ordem formal. Relacionado com este último, apontaríamos a mancha textual contínua, onde as marcas imediatamente visíveis são a inexistência de parágrafos ou de espaços por preencher (se não são palavras, são riscos a trancar as linhas). Relacionados com aquele, mas também com um certo tipo de formalismo, são o uso do Reclamo, isto é, palavra, ou as suas primeiras letras ou sílaba(s), que, registada no canto inferior direito de uma página, é a mesma que inicia a página seguinte, e a correcção de erros de leitura, usando a tradicional forma jurídica «digo», claramente visível nos exemplos seguintes, entre outros possíveis: «O professor Teixeira, digo, O professor Vilhena» (l. 140), «mal e pobremente. Cumpramos, digo, pobremente. Cumpram os poderes» (l. 291), «mais segundo, digo, mais seguros» (l. 369), «revele, digo, releve» (l. 505), «Por isso devemos, digo, ali vemos» (l. 534), etc. Por último, não se crê como muito provável que no extracto «tomando para exemplo um problema culinário, problema dos mais ordinários, digo, mais importantes» (ls. 190-191), o adjectivo pejorativo esteja no original, antes ele parece derivar de uma interferência opinativa do próprio copista, surgida inopinada e inconscientemente.

Este documento foi encontrado numa caixa do Fundo Mira, Arquivo Distrital de Beja. A data da Conferência, Outubro de 1888, e por conseguinte do documento que transcrevemos, certamente posterior a elas, é mais um elemento que, em nosso entender, vem provar ser este Fundo o repositório de documentos diversos, de proveniências várias, sendo difícil discernir as suas origens. Por certo muitos desses documentos não fazem, nem alguma vez fizeram, parte do espólio deixado por José Ignácio de Mira, pároco que foi da igreja e freguesia do Salvador e secretário da

Câmara Eclesiástica da Diocese de Beja, nesta cidade nascido (22 de Outubro de 1811) e falecido (13 de Fevereiro de 1886).

Como já dissemos, o texto tem como suporte um caderno de doze folhas de papel almaço azul de 25 linhas, cosidas, cada uma delas provinda da dobragem ao meio de uma outra. As páginas não estão paginadas nem numeradas. Filigrana (marca de água) complexa, com as seguintes marcas: a metade esquerda da folha primitiva apresenta, no terço superior, a palavra ALMASSO e, no fundo da página, a palavra PRADO; na metade direita desenha-se uma figura floral encimando a palavra THOMAR. O documento está todo ele escrito a uma só mão. No fim das actas registam-se os nomes dos presidente, relator e secretário, mas as assinaturas não são autógrafas.

Crítérios de transcrição: alterei a acentuação, introduzindo, eliminando ou modificando de acordo com a norma vigente (por exemplo: á > à, primaria > primária, professôr > professor; bôa > boa; melhôr > melhor²); introduzi maiúsculas; eliminei consoantes geminadas, quando o caso (por exemplo: occupar > ocupar, collegas > colegas, etc.), mas mantive as ortografias que espelham, ou poderão espelhar, critérios articulatórios ou ortográficos diferentes dos actuais (por exemplo: ahi, signal, presedir); pontuei segundo os critérios modernos; introduzi parágrafos; mantive a indicação de mudança de página e respectivo Reclamo (/); separei os Relatórios do texto corrido (são actas), dando-lhes uma apresentação mais conforme ao serem textos independentes; coloquei entre parêntesis rectos ([]) a reconstrução de palavras ou letras conjecturadas em função do contexto.

2. Os documentos

[2.1.] *Acta da primeira sessão da Conferência Pedagógica no Círculo Escolar de Beja em 1888*

Aos três dias do mês de Outubro de mil oitocentos oitenta e oito, pelas onze horas da manhã, em uma sala do edificio dos Paços do Concelho de Beja, sendo ahi presente o Excelentíssimo Senhor Subinspector Primário do Terceiro Círculo da Nona Circunscipção Escolar, Alexandre Soares Vieira, [que] tomou o lugar da presidência e começou por dizer que, não tendo ainda perfeito conhecimento dos senhores professores d'este Círculo para nomear provisoriamente dois d'estes senhores para secretários da mesa, não obstante julgar todos muito competentes para esse cargo, pedia à assembleia se dignasse eleger os dois professores que deveriam ocupar este lugar: ao que o senhor Martinho Teixeira, usando da palavra, respondeu que, não duvidando da muita competência de todos os seus colegas para o bom desempenho d'estes trabalhos, indicava, contudo, para desempenhar esse serviço o professor de Moura, Luiz Augusto Pimenta, e de Beringel, Francisco Manoel Augusto de Faria, caso os³ seus colegas anuissem, nomeação que de bom grado aceitaram.

Achando-se definitivamente constituída a mesa, o senhor presidente declarou aberta a sessão e, como primeiro acto, mandou por um dos secretários proceder à chamada, verificando-se estarem presentes os professores oficiais de ambos os sexos, constantes da relação que faz parte integrante d'esta acta / acta, cujas presenças vão n'elas marcadas com o signal («p»).

Em seguida, o senhor presidente mandou proceder à leitura de três cartas dos Excelentíssimos senhores deputados João Augusto Pina, João Pinto Rodrigues dos Santos e J. Simões Dias, dirigidas à Conferência do ano pretérito, em que se agradecia as mensagens de felicitações que n'essa ocasião lhes foram dirigidas pela mesma Conferência como signal de gratidão e reconhecimento pelos serviços prestados, em sessão parlamentar do mesmo ano, à causa do professorado primário.

Em seguida, o senhor presidente mandou, pelos secretários, proceder à leitura de dois relatórios que se achavam sobre a mesa, sendo um da senhora professora de Barrancos, Dona Maria Fialho Prego, sobre todos os pontos do programa, e outro do professor de Moura, Luiz Augusto Pimenta, sobre o sexto ponto.

O mesmo senhor presidente, em acto contínuo, pediu à assembleia se pronunciasse sobre a maneira de eleger as comissões que devem dar parecer sobre cada um dos pontos do programa. O senhor Martinho Teixeira pediu a palavra e disse que, à maneira do que se tem feito nos anos anteriores,

40 propunha, caso dos, digo, caso os seus colegas anuissem, que as ditas
comissões fossem nomeadas pela mesa; propôs mais que, atendendo ao
limitado número de professores presentes n'esta Conferência e, por
consequência, à dificuldade de se poderem discutir todos os pontos de
45 envolvem maior importância pedagógica e, após, os outros, se o tempo e o
pessoal permitisse[m], o que tudo foi pela assembleia unanimemente
aprovado.

Em seguida, a mesa nomeou as comissões já acima indicadas, que
ficaram constituídas da seguinte forma: para dar parecer sobre o segun /
50 segundo ponto, a Excelentíssima Senhora D. Romana de Jesus Calvas,
Francisco Manoel Farinha e Francisco Manoel Casaca; para o terceiro ponto,
D. Maria Rosa da Conceição Gonsalves, Mariano Franco de Vilhena e Luiz
Guerreiro da Conceição; para o sétimo ponto, Dona Anna Amélia Ferreira
Villa-Lobos, António Rodrigues Rogado e Manoel Francisco Honório; para
55 o oitavo ponto, D. Maria Emília Baptista de Matta-Veiga, Martinho José
Teixeira e Luiz d'Almeida Paiva.

Em seguida, o professor Teixeira, usando da palavra, declarou-se
satisfeito pela mesa ter realmente escolhido os pontos de maior importância
pedagógica para serem os primeiros a discutir, porém, não entrando n'este
60 número o quinto ponto, que o conferente [considerava]⁴ igualmente de
grande importância e como tal desejava que ele fosse brevemente discutido,
pedia a sua Excelência [o] senhor presidente que o parecer a dar sobre o dito
ponto fosse distribuído à Comissão de que ele fazia parte, não só por ter a
certeza [d]a anuência dos seus colegas, mas muito principalmente por ter já
65 alguns trabalhos adiantados⁵ n'este sentido, podendo, por conseguinte,
apresentar já amanhã o seu relatório, pedido este que lhe foi concedido pelo
senhor presidente.

O senhor presidente deu para Ordem do Dia da sessão seguinte a
apresentação e discussão do parecer sobre o quinto ponto do programa.

70 Em seguida foi encerrada a sessão. Era uma hora da tarde. E para
constar se lavrou a presente acta, que, depois de ser lida e aprovada, vai ser
assignada pela mesa.

Alexandre Soares Vieira

Luiz Augusto Pimenta

75 Francisco Manoel Augusto de Faria

[2.2.] Acta da segunda e última sessão da conferência pedagógica no círculo escolar de Beja em mil oitocentos oitenta e oito / e oito

Aos quatro dias do mês de Outubro de mil oitocentos oitenta e oito,
pelas onze horas da manhã, em uma sala do edificio dos Paços do Concelho

80 de Beja, sob a presidência do Excelentíssimo Subinspector Primário do Terceiro Círculo da Nona Circunscrição Escolar, Alexandre Thomaz, digo, Alexandre Soares Vieira, achando-se presentes os professores oficiais de ambos os sexos constantes da relação que faz parte integrante d'esta acta, cujas presenças vão n'elas marcadas com o signal («p») pelo mesmo
85 Subinspector, foi aberta a sessão, procedendo-se, em seguida, à chamada e à leitura da acta da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade.

O Professor Teixeira pediu a palavra, antes da Ordem do Dia, para dizer que a comissão de que fazia parte se achava constituída da seguinte forma: Presidente, D. Maria Emília Guerreiro Baptista da Matta Veiga;
90 Relator, ele, conferente; e Secretário, Luiz d'Almeida Paiva.

Em seguida a esta declaração, o professor Teixeira disse que não podia deixar, n'este momento, de chamar a atenção da assembleia para passar lisonjeiramente em revista os numerosos e relevantes serviços prestados pelo meritíssimo redactor da «Federação Escolar», senhor
95 Francisco José Cardozo, [à instrução primária]⁶ e, ultimamente, na ocasião de presidir à comissão que foi impetrar a Sua Majestade El-Rei a protecção para a nossa⁷ tão desprotegida classe, propôs que, por esta assembleia, fosse dirigida, àquele tão prestimoso cavalheiro, uma mensagem de agradecimento pela atitude que tem sempre tomado na defesa dos interesses do professorado
100 primário, proposta que, entusiasticamente, foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, o[s] professor[es] Paiva, Faria / Faria e Casaca declararam à presidência não poderem [assistir]⁸ ao resto das sessões d'esta Conferência (ainda que para isso lhe[s] sobejasse demasiada vontade) pela razão da Câmara do Concelho de Beja se recusar a dar-lhes o costumado
105 subsídio e não estarem eles habilitados a fazerem essa despesa dos seus bolsos, motivo pelo qual pediam licença para se retirarem para as suas escolas.

Entrando-se na Ordem do Dia, o senhor presidente convidou o relator da comissão, que tinha de dar o seu parecer sobre o quinto ponto do programa, a apresentá-lo e proceder à sua leitura, depois da qual foi [o] dito parecer posto à discussão, aprovado por unanimidade e sem reclamação
110 alguma.

Pergu[n]tando, o senhor presidente, se mais alguma comissão se achava hoje habilitada a apresentar o seu parecer, todas responderam
115 negativamente.

O professor Vilhena, usando da palavra, declarou não poder, mesmo na sessão seguinte, apresentar o parecer da sua comissão, em consequência da professora que d'ela faz parte se retirar à sua escola, por lhe haver sido, pela Câmara do Concelho de Beja, recusado o respectivo subsídio.

120 O professor Teixeira propôs, e foi aprovado por unanimidade, que, visto estarem adiantados os trabalhos da Ordem do Dia, se interrompesse a sessão por algum tempo, a fim da assembleia poder assentar na maneira de

elaborar a mensagem de agradecimento ao senhor Francisco José Cardozo.

125 Foi interrompida a sessão por vinte minutos, reaberta a qual o senhor presidente, notando que o número de conferentes ia, de dia para dia, sendo cada vez mais limitado, e por consequência / consequência o pouco gosto e mesmo o desânimo que começava a divisar nos que se achavam ainda presentes para continuarem os seus trabalhos, pedia à assembleia, por esse motivo, se decidisse sobre se deveriam continuar as sessões, visto haver
130 ainda número de professores para tal fim. Ao que o conferente Teixeira respondeu que, da sua parte, se submetia a qualquer que fosse a vontade da digna presidência, porém não deixava, por isso, de dizer que se tornava difícil, senão impossível, a continuação da Conferência, por entender não se poder, com um pessoal tão limitado, tratar seriamente a matéria do programa,
135 como o exige a nossa⁹ dignidade. À vista, pois, d'estas considerações, a assembleia resolveu, por unanimidade, se concluíssem, por este ano, os trabalhos da Conferência.

O senhor presidente declarou ir encerrar a sessão se nenhum dos conferentes quisesse antes disso usar da palavra.

140 O professor Teixeira, digo, O professor Vilhena, usando da palavra, propôs à assembleia que, na acta de hoje, se consignasse um voto de louvor à digna presidência pelos bons desejos que manifestou para que a Conferência corresse animada e brilhante como nos anos anteriores, lamentando, ao mesmo tempo, com profundo sentimento, que ela, à falta de pessoal, não
145 pudesse continuar; lamentando mais, que uma instituição tão instrutiva, e [a] que mais poderia¹⁰ contribuir para o progresso da ciência pedagógica, morresse na infância. Em seguida, foi aprovada a proposta acima aludida. O professor Rodrigues Rogado pro / propôs igualmente à assembleia, [e] foi aprovado por maioria, que se consignasse na acta um voto de louvor às
150 Câmaras que continuaram a subsidiar os seus professores para assistirem às Conferências Pedagógicas, associando-se a esta ideia, principalmente, o professor Paiva e a Excelentíssimo professora D. Anna Amélia Ferreira Villa-Lobos. Em seguida, não havendo conferente algum que mais quisesse usar da palavra, o senhor presidente encerrou a sessão dando por terminada a
155 conferência por este ano. Eram duas horas da tarde. E para constar se lavrou a presente acta, que foi lida e aprovada em acto continuo e vai ser assignada pela Mesa – Alexandre Soares Vieira, Francisco Manoel Augusto de Faria - Luiz Augusto Pimenta.

[2.3] Relatório

160 Relatório sobre os pontos do programa que hão-de ser discutidos no Congresso Pedagógico dos Professores Primários na sede do Terceiro Círculo da Nona Circunscrição Escolar no dia três de Outubro de mil oitocentos oitenta e oito.

Barrancos, vinte e nove de Setembro de mil oitocentos oitenta e oito.

165 A professora vitalícia d'instrução primária de Barrancos
Maria Fialho Prego

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores

170 Não podendo, por motivos estranhos à minha vontade, comparecer às conferências pedagógicas que se hão-de realizar em Beja no dia três do próximo mês d'Outubro, cumpre-me, em harmonia com o disposto no [parágrafo]¹¹ primeiro do artigo cinquenta e nove do Regulamento, enviar o Relatório com relação dos pontos sobre os quais é ouvida a Conferência. Espero da benevolência dos meus ilustres colegas se dignem desculpar-me se porventura encontrarem uma / uma interpretação diferente que eu possa ter
175 dado dos pontos de que se compõe o referido programa.

Primeiro – Economia doméstica. Quais os processos mais aperfeiçoados que se devem empregar no ensino d'esta disciplina para o tornar real e proveitoso?

180 O processo mais proveitoso é o seguido nas escolas da Bélgica, e a que o ilustre professor José Júlio Rodrigues se referiu com bem justos elogios na sua primeira conferência d'este ano no salão de Dona Maria em Lisboa.

185 Consiste, pelo que respeita ao sexo feminino, em instruir as alunas nos preços de todos os géneros, alimentos ou vestuários que se consomem e usam nas casas dos operários e trabalhadores em geral; ensinar-lhes a conhecer as propriedades e usos mais adequados; fazer-lhes fixar um certo número de ideias fundamentais, justas e exactas, a propósito de cada artigo e, depois, fazer-lhes resolver quotidianamente problemas que essas alunas, tornadas mulheres e mães de família, terão de resolver a cada momento.

190 Para este efeito, e tomando para exemplo um problema culinário, problema dos mais ordinários, digo, mais importantes para os que sabem ver e sentir a importância das [d]ivisas. A professora diz para as suas discípulas: o salário d'um chefe de família, com tantas pessoas a sustentar, é tanto; d'esta quantia, tomemos uma parte para a sua alimentação; preciso que cada
195 uma das meninas, com esta quantia que eu lhe aponto, me indique o que

200 havia de fazer para fornecer à família um alimento sábio, suficiente e saboroso. As crianças, munidas d'um caderno e d'um lápis, começam as suas operações; discutem, umas com as outras, os preços dos diversos géneros, as várias combinações de que são susceptíveis, a sua força alimentícia (assim é que se educa o espírito, assim / assim é que se afirmam as qualidades económicas d'uma futura boa dona de casa) e terminam por apresentar escriptos nos seus respectivos cadernos os fructos das lucubrações culinárias a que se entregaram as suas juvenis, mas bem encaminhadas, cabeças; e a professora faz imediatamente a crítica d'estes trabalhos, terminando por 205 indicar qual é o melhor e cobrindo a sua authora dos merecidos elogios.

E problemas de idêntica natureza se resolvem a propósito de todas as questões económicas de uma casa. Assim, comprehende-se que o ensino aproveita, e é n'este sentido que tudo se devia resolver.

210 **Segundo** – *Como deve proceder o professor primário para despertar no coração dos seus alunos o amor do trabalho, em geral, e, em especial, o da agricultura?*

215 Mostrando-lhes, com os exemplos mais comezinhos e por todos os meios suasórios, os benefícios resultantes do trabalho; provando-lhes que a verdadeira nobreza do homem adquire-se em os seus esforços continuados, com o seu trabalho de todos os dias; traçando-lhe[s], a cores vivas e próprias a ferir as imaginações impressionáveis das crianças, o quadro da vida d'um bom trabalhador e d'um indolente; aquele, achando no trabalho a fonte, a origem de todos os gozos viris, a satisfação da consciência que faz os homens fortes, dignos e respeitados, que lhes fornece a alegria santa e boa 220 que vem em linha recta da satisfação dos deveres cumpridos; este, vivendo na miséria cheio de dívidas, de cuidados, sem um momento de repouso espiritual, lastimado da família, desprezado pela sociedade, à beira de todos os crimes, pronto a cometer as maiores abominações, e tendo como única perspectiva a enxerga d'um hospital, ou as grades d'um cárcere.

225 Querendo especialmente desenvolver no espírito do aluno o amor pela agricultura, far-lhe-á / far-lhe-á compreender a necessidade que o homem tem de arrancar à terra os produtos que hão-de servir para a sua subsistência; mostrar-lhe-á a terra como uma verdadeira mãe, sempre pronta a fazer brotar dos seus seios o alimento dos seus filhos, contanto que estes¹² 230 o sabem trabalhar, explorar e fecundar; fazendo-lhe ver que o destino do homem anda ligado ao da terra onde nasceu, que esta saber-lhe-á dar tudo quanto faltar às suas necessidades, contanto que o homem lhe saiba pedir, isto é, a saiba trabalhar. Mostrando-lhe a vida do campo como a mais nobre e mais digna, porquanto o cultivador, se é a matéria prima de todas as 235 explorações, tem a grande superioridade de não ser parasita de ninguém.

Terceiro – *Estudo do desenho da aula do primeiro e segundo grau. Como deve ser feita e qual a sua utilidade?*

240 A este respeito, conformo-me com o que vem indicado no compêndio do desenho do Senhor José Miguel d'Abreu e que é adoptado nas nossas escolas.

245 Quanto à sua utilidade para os alunos que se destinem a um curso, serve-lhes como preparo; para aqueles cuja instrução se tem de limitar ao que se lhes ensina nas escolas primárias, ainda lhe[s] serve d'um modo geral: dando-lhe[s] uma noção mais precisa dos objectos, uma espécie de educação da vista, aprendem a ver melhor e pode mesmo dispor-lhe[s] o espírito para entreverem a noção do belo, o que já é alguma cousa. Depois, conforme o modo de vida que tomarem, assim se especializarão [n]os serviços que as noções de desenho aprendidas lhes possam prestar.

250 **Quarto** – *Organização da escola sobre o ponto de vista educativo e literário para satisfazer às condições do século dezanove?*

O século dezanove / dezanove revela-se como um século de lutas, cujos louros pertencem aos mais inteligentes e aos mais empreendedores.

255 Os problemas de mecânica que se resolveram, fazendo progredir a um tempo a indústria e a agricultura, os ensaios de cultura, que se fazem em harmonia com a composição química dos terrenos, fazem pender o prato dos lucros na balança do progresso para o lado dos que mais sabem e dos que mais meditem.

260 D'outro lado, a rapidez das comunicações entre os diversos países, fazendo aproximar os produtos d'um certo ponto do globo, onde se produzem melhor em mais abundância e mais baratos, para outro ponto, onde estas condições se realizam às [a]vessas, faz com que os produtos do primeiro ponto lavrem aos do segundo a seguinte sentença: «Ou progridem imitando-nos e avançando-nos, ou morrem de miséria!».

265 Isto impõe aos países atrasados como o nosso, e mesmo aos mais adiantados com receio de que outros os não precedam, a necessidade inadiável e imperiosa de avançar, avançar sempre na estrada dos progressos científicos.

270 Sabido é que todos os esforços do homem se conglobam n'estas duas questões: fazer produzir a terra; concertar estes produtos, dando-lhes a forma que precisam tomar para satisfazerem as nossas necessidades. E, tudo isto, fazê-lo na maior quantidade e na melhor qualidade. D'aqui sai claramente a precisão absoluta de se educar o homem para fazer produzir, e saber converter esses produtos; n'uma palavra, as escolas agrícolas e industriais impõe[m]-se claramente.

275 São estas / estas as duas orde[ns] d'escolas e a natureza do ensino que o século dezanove impõe a todas as nações como absolutamente indispensáveis.

Quinto – *Causas do atraso em que jaz[e] ainda hoje a instrução primária e meios de os remediar?*

280 Em primeiro lugar, convém apontar o pouco cuidado que a instrução tem merecido aos poderes públicos; em segundo lugar, a falta de iniciativa individual, acompanhada pela pouca confiança que os chefes de família pobres têm no ensino que se lhes ministra aos filhos, preferindo empregá-los em trabalhos do campo, ou n'outros quaisquer, a mandá-los à escola.

285 E enquanto, digo, E enquanto os governos, ou aqueles que mais directamente superintendem em assumptos de ensino, não tomarem mais a sério estas questões, saindo do torpor e sonolência em que estão mergulhados; e enquanto os chefes de família não virem em resultados práticos as vantagens da instrução, tudo caminhará, como agora, mal e
290 pobremente.

Cumpramos, digo, pobremente. Cumpram os poderes públicos o seu dever, mandando construir escolas, enchendo-as de livros bons e utensílios próprios, pagando bem a tempo [a]os professores; desperte-se a iniciativa individual, para coadjuvar esses poderes, e ter-se-á encontrado o remédio
295 para dar saúde e fazer prosperar este enfermo, a instrução primária em Portugal.

Sexto – *Será conveniente a uniformidade dos compêndios em todas as escolas primárias do país?*

300 A uniformidade dos compêndios é questão das mais secundárias quando os professores são bons e os alunos têm a compreensão suficiente.

Tendo ainda em vista o grau de desenvol / desenvolvimento intelectual dos alunos e os processos seguidos nos exames, encontro conveniências na uniformidade dos compêndios: facilitam-se, deste modo, a[s] respostas que os alunos dão mais em harmonia com as perguntas que
305 lhes são feitas.

Sétima - *Que ordem deverá ser adoptada no ensino da aritmética para que os alunos a compreendam melhor do que pela disposição geralmente seguida nos compêndios elementares aprovados para uso das nossas escolas?*¹³

310 Entendo que a ordem seguida nos compêndios oficiais, particularmente no do Senhor Francisco Lopes, convém perfeitamente ao ensino. É a que sigo, acompanhando, é claro, a exposição do compêndio do maior número de exemplificações; explicando e mudando para uma linguagem mais apropriada ao desenvolvimento do aluno esta ou aquela frase, este ou aquele período, cuja construção, embora obedeça aos mais rigorosos preceitos gramáticos e artísticos, se apresente às crianças como uma tal o[u] qual nebulosidade, como que[m] está acostumado a só ouvir expressar os raciocínios, e estes simples, n'uma linguagem menos culta e n'uns termos mais bárbaros.

320 Vencida, por este meio, a dificuldade na percepção, inerente a todos os que começam um trabalho novo, por falta de orientação do seu cérebro n'esse sentido e, com numerosos, repetidos e graduados exercícios no quadro, eu consigo tirar os melhores resultados da ordem hoje seguida nos compêndios oficiais, e nem sei d'outra que melhor prove.

325 **Oitavo** – *Que método devemos preferir, digo, devemos preferir no ensino de gramática: o indutivo ou dedutivo?/ dedutivo? Poder-se-á ensinar esta disciplina pelos processos intuitivos?*

Certamente que o indutivo, prova-o a história e prova-o a fisiologia. A história, mostrando-nos que todos os conhecimentos se formaram partindo do particular para o geral. Primeiro que aparecessem os grandes espíritos generalizadores, mergulhados na pura abstracção, foi preciso que gerações e gerações se sucedessem no tempo e no espaço, fazendo a colheita das ideias simples, concretas; armazenando todos esses materiais com que, mais tarde, cérebros aperfeiçoados, ricos de toda essa herança, aproximando essas ideias simples, vendo os pontos de contacto d'umas e outras, as suas afinidades, as suas relações, construíram gigantes teorias, sólidos princípios fundamentais, dominadoras leis. A fisiologia, mostrando-nos que a vida cerebral do indivíduo passa por fases¹⁴ correspondentes àquela por que passou a vida da humanidade. Os primeiros anos do homem de hoje correspondem às primeiras gerações d'humanos, logo o ensino primário deve obedecer todo ele, e não só o da gramática, a este modo de ver indicado pela ciência, que vem a ser: seguir, quanto possível, o método indutivo, abandonando o dedutivo para editais mais avançados e estudos superiores, em que as asas do espírito tenham mais força para se poderem elevar a generalizações, e d'aí descer então e à vontade, de dedução em dedução, até às últimas consequências, até ao completo esgotamento do princípio que se estabeleceu e que se viu em toda a sua luz e força.

Enquanto ao segundo ponto d'esta /d'esta pergunta, entendo que, embora as gramáticas que possuímos sejam o menos intuitivas possíveis,

350 ficando a maioria dos alunos sabendo tanto d'esta matéria como d'um mistério, todos os esforços dos professores devem ser em tornar este estudo o mais intuitivo possível. A matéria não é das que mais se presta ao método, mas com esforço e boa vontade alguma cousa se consegue.

355 **Nono** - *Que meios deverão ser empregados para inspirar aos alunos o amor do trabalho escolar?*

São vários e sempre ao alcance do professor que procura bem cumprir a sua missão.

360 Em primeiro lugar, o professor deve tornar o ensino atraente, e com este meio terá conseguido bastante em favor da questão proposta, que em realidade é uma das mais importantes da Pedagogia.

365 Depois, é indispensável levar ao ânimo dos alunos o convencimento da utilidade real do estudo; e quando esta condição se lhe[s] arreigue bem, encontrar[ão] ameno e atraente o trabalho escolar e toda a sua atenção se fixará na palavra do mestre, que será sempre para ele um verdadeiro oráculo, especialmente se o aluno se convencer que o professor é uma autoridade séria no assumpto da sua profissão e, sobretudo, conhecer bem as doutrinas que expõe.

370 Além d'estes meios, muitos outros há a que se pode socorrer o professor, e um dos mais segundo, digo, mais seguros é quando ele mostra que se interessa pelos alunos mais assíduos nos trabalhos escolares, remunerando-os com prémios e louvores na presença dos mais desleixados, intimando estes a imitarem aqueles para receberem logo idêntica / idêntica recompensa.

375 **Décimo** - *Na prática, pode separar-se o ensino moral do ensino religioso?*

Não deve. Primeiro, porque as matérias não são incompatíveis; segundo porque se economiza tempo.

380 A religião, bem estudada, a pouco mais se reduz do que à observância, por parte dos crentes, d'um certo número de princípios que constituem, no seu conjunto, a moral do povo ou povos que a seguem; observância de princípios que nos levam à prática do bem. Deste modo, entre religião e moral não há linha divisória; esta inclui-se n'aquela, vive, respira nela. Com que direito vamos nós arrancar uma da outra, isolar a moral da religião, deixar apenas a esta a posse de meros factos, narrados em livros que
385 a ciência d'hoje rejeita e apenas a teologia acalenta? Era como se sangrássemos, isto é, lhe tirássemos todo o sangue que lhe dá vida.

Portanto, se queremos ser católicos, como as leis do país o exigem, não façamos, perante as crianças, da religião um esqueleto, tirando-lhe a moral.

390 **Décimo primeiro** – *Que meios deve usar a professora para promover a educação física de suas alunas?*

Os que lhe indica a ginástica escolar, e que andam às mãos cheias espalhados pelos livros d'essa especialidade.

395 Fazer executar a grupos de crianças n'uma habitação apropriada onde circule o ar livremente ou, melhor, ao ar livre, havendo por cima uma simples cobertura para resguardo do sol ou da chuva, exercícios musculares variados em que entrem ora um, ora outro dos grupos musculares, mas dando a todos um desen / desenvolvimento harmónico, fazendo executar movimentos de extensão, flexão, rotação, respiração, etc.. Isto deve ser feito
400 com ordem e método e durante uma meia hora por dia, mas com intervalos de repouso. Cada movimento deve ser feito com vigor, na plenitude da força de tensão dos músculos. É preciso, ainda, levar o exercício até uma fadiga momentânea, mas que desapareça completamente pelo tempo de repouso que se lhe siga, de modo que se não sinta dor muscular viva e persistente. E, para
405 isso, não se precisa de aparelhos d'espécie alguma, que, além das dificuldades d'aquisição e conservação, têm o inconveniente de aterrarem as crianças e as famílias, também com o reccio de desastres que, não sendo raros, são por vezes sérios. As vantagens da ginástica escolar bem encaminhada são especialmente dignas de atenção nos seus resultados sobre
410 as crianças do sexo feminino, porque combate e aplaca a grande susceptibilidade nervosa que lhes é própria, assim como faz desaparecer a clorose, que tantas vítimas conta. Em suma, estas vantagens percebem-se bem meditando na verdade da seguinte sentença d'um médico ilustre «Com a fraqueza das mães, começa a do homem».

415 **Décimo segundo** – *Sendo indispensável modificar a educação do sexo feminino de formar e preparar na escola primária uma boa dona de casa conjuntamente com as qualidades indispensáveis d'uma boa mãe / mãe de família como deverá organizar-se um programa d'ensino para este sexo[?]*

420 Construindo-o com estes três materiais: economia doméstica, higiene privada e moral.

Entende-se que o ensino da economia doméstica deve ser o mais prático possível, no sentido que ficou indicado na resposta do primeiro

425 quesito d'este programa. A teorização, feita por uma professora, em matéria
d'esta ordem de pouco ou nada pode aproveitar, atendendo às condições
especiais das alunas: cérebros ainda a formar-se sob o ponto de vista
intelectual, aborrecendo-se e cansando-se quando obrigados a uma certa
430 tensão de trabalho sobre ideias e raciocínios longos, ouvidos a maior parte
das vezes sem grande atenção e quase sempre com desprazer. A prática,
como deixei indicado, é que pode dar resultados, como efectivamente dá em
países que sabem dar o verdadeiro valor a estas questões.

Pelo que respeita à higiene devia-se-lhe[s] ensinar como o Padre
Nosso, todos os preceitos e regras que uma boa dona de casa deve saber a
este respeito e, sobretudo, combater os preconceitos absurdos e as práticas
435 erradas que se crêem e seguem nos interiores pobres, e mesmo, ou quasi no
mesmo grau, nas casas dos ricos.

Em primeiro lugar, todos os preceitos d'higiene a respeito da cozinha,
sobre utensílios, condimentos combustíveis e víveres; em segundo lugar, a
respeito do quarto da cama, onde se passa uma terça parte da nossa vida e
440 onde se vê o mais completo abandono da higiene, pelo que respeita a
capacidade, ventilação, móveis, ornatos e roupa de cama. Depois,
preceitos sobre limpeza dos pátios, saguões, sentinas, etc., e conhecimentos a
respeito dos animais domésticos.

É, em suma, ensinar-lhe[s] higiene, como hoje se pode fazer com os
445 bons livros que contêm, sobre a matéria, as causas mais essenciais para a
conservação da vida humana.

O ensino da moral, todos sabem a sua importância e ninguém se
oporá a que, juntamente com a higiene e a economia doméstica, form[em]
parte d'esta trindade do ensino primário, trindade poderosa, indispensável
450 n'um programa que queira ser fecundo e próspero em resultados e que, como
semente social, tem em si condições de germinação que a podem converter
n'uma seara prodigiosa, tornando feliz um povo e menos dura e escabrosa a
vida humana.

455 Barrancos vinte e nove de Setembro de mil oitocentos oitenta e oito.
A professora d'instrução primária
Maria Fialho Prego

[2.4.] Memória sobre o sexto quesito do programa para as Conferências Pedagógicas de mil oitocentos oitenta e oito no Terceiro Círculo da Nona Circunscrição Escolar

460 Ilustres colegas

É sempre difícil e laborioso o desempenharmos satisfatoriamente da missão que nos está confiada todos os anos nesta ocasião, e tanto mais difícil quanto maior a sua importância pedagógica e tanto mais acanhados os recursos literários de cada um. Porém, a boa vontade, o gosto e o amor que
465 quasi todos temos pelo engrandecimento da nossa classe e pela instrução que ministramos, obriga-nos a concorrer sempre com um esforço da nossa intel / inteligência para o progresso da instrução popular, embora o trabalho intelectual de tantas inteligências empregado em assuntos de pedagogia, desde que existem os congressos pedagógicos no nosso país, não tenha, até
470 hoje, merecido a atenção do nosso «Governo» e, por conseguinte, não tenhamos podido, durante esse espaço de tempo, conhecer e emendar os nossos defeitos e os nossos erros, pela simples razão d'este trabalho se não pôr em prática. Mas nem por isso valem menos.

Senhores

475 Entre os vários quesitos que o programam, digo, o programa este ano oferece ao nosso estudo e à nossa discussão, despertou-me a atenção o quesito número seis «Pergunta-se: Será conveniente a uniformidade dos compêndios em todas as escolas do país?» A matéria d'este quesito, que à primeira vista parece de pouco valor, é, sem dúvida, de todo o material de
480 ensino, um dos que a nossa atenção mais deve ter em vista, não só porque os compêndios são os ramos fundamentais da instrução - e acha-se que encerra[m] em si o templo da sabedoria - mas são, também, a alavanca que serve de meio ao preceptor para vencer a ignorância, para levantar das trevas as inteligências populares, finalmente, para conseguir a instrução da
485 humanidade que é tanto mais rápida, brilhante e produtiva, quanto mais perfeitas forem as condições dos compêndios.

E dentre elas, senhores, uma das que mais indispensável se torna para o bem do ensino é a perfeita uniformidade dos compêndios em todas as escolas para cada classe de alunos, porque esta circunstância, como [a]
490 prática me parece / parece ter demonstrado, muito concorre para a regularidade do ensino. Aliás, a variedade de livros e a coordenação das matérias que n'eles se contêm, e que vamos encontrar n'uma mesma classe, traz[em] graves inconvenientes: o professor não só é compelido a ter que usar do modo de ensino individual para essa classe, o que se me afigura
495 magnífico para o ensino materno e familiar, mas também é forçado, com prejuízo, [a] dar mais classes e [a] empregar n'ela uma fracção de tempo,

tanto maior quanto maior for o número de alunos que ela comportar, resultando, por conseguinte, d'estes inconvenientes não só a irregularidade do ensino, mas também a desigualdade no desenvolvimento intelectual operado nas crianças.

500 Por esta forma, parece-me ser demonstrado, n'estas poucas e mal alinhavadas frases, a grande conveniência da uniformidade dos compêndios em todas as escolas primárias, qualquer que seja o seu autor. Porém, deixo ao critério dos ilustres colegas a minha humilde opinião acerca d'este quesito e, 505 concluindo, somente pedirei à ilustrada assembleia me revele, digo, releve qualquer erro que este insignificante trabalho possa acusar à vossa consciência, na certeza de que, da minha parte, só houve o desejo de acertar.

Moura, vinte de Setembro de mil oitocentos oitenta e oito

O professor oficial

510 Luiz Augusto Pimenta

[2.5. Parecer]

Senhores

A nossa comissão sentiu-se seriamente embaraçada ao tratar d'um assunto que, embora conheça largamente, é / é, todavia, ingrato para ela. O 515 desejo, porém, de contribuir para dar a estes congressos a importância que merecem, posto que negada sistematicamente por alguns espíritos menos reflectidos e justiceiros, venceu-lhe a hesitação e, inspirado na verdade dos factos, entra desassombradamente na matéria.

Senhores

520 A instrução primária, no nosso país, nasceu sob o benéfico influxo d'um rei ilustrado e amante do povo. Esse monarca via n'ela e na agricultura os dois elementos mais poderosos de prosperidade nacional. Ambas, hoje, por um notável capricho da sorte, sentem a falta de protecção "governamental" que, infelizmente, as abandonou no momento em que mais 525 careciam d'ela. A resultante de tal desacerto político sente-a o povo, que vê os seus filhos lutando com a ignorância, ao passo que os professores se debatem com os horrores da fome.

É duro dizê-lo, mas é uma rigorosa verdade: o Governo, declinando para as Câmaras Municipais os encargos da instrução, condenou-a ao 530 estacionamento, colocando ao mesmo tempo os professores em contínuas dificuldades porque os seus escassos vencimentos são pagos irregularmente.

Se exceptuarmos a Câmara de Lisboa, que cura seriamente do serviço de instrução, não encontraremos em todo o país outra que tanto tenha feito

em seu benefício. Por isso devemos, digo, ali vemos as escolas primárias
 535 convertidas em verdadeiros estabelecimentos d'instrução. N'elas tudo respira
 alegria, entusiasmo, interesse / interesse. O edifício, a mobília e os utensílios
 concorrem poderosamente para atrair a criança à escola; o entusiasmo do
 professor por se achar desempenhando a sua missão civilizadora, que lhe
 proporciona um presente risonho e lhe garante o futuro, completam o quadro.

540 Assim são os produtos da instrução na capital do país. Mas fora d'ela
 o que sucede? Percorrei todo o país: consultai todos os membros da nossa
 classe e, com poucas excepções, vos dirão: «Tenho um ordenado que me dá
 para viver a terça parte do ano; além d'isso, devem-me tantos meses de
 vencimento, tantos anos de gratificação, e quanto mais peço o embolso do
 545 meu crédito, mais desperto o desejo de me vitimarem pela forma, digo, pela
 fome; porque assim apraz ao oráculo que inspira as vereações este
 nobilíssimo, este generosíssimo, este alevantadíssimo acto de administração.
 E se uma ou outra vez as nossas palavras fazem eco no animo, digo, no
 ânimo das corporações, lá está ele, o poder oculto, a amedrontá-las com
 550 fantasiosas responsabilidades, desviando-as do cumprimento dos seus
 deveres.»

Será, pois, com tão minguidos vencimentos e pagos por tal modo que
 o professorado envidará todos os esforços para promover o progresso da
 instrução? Não, por certo. E se assim é, eis aqui as causas que obstam aos
 555 seus desejados progressos.

Como devemos remediá-las, por forma que se dê à instrução popular
 um decisivo impulso que a levante do estado de marasmo em que jaz[e];
 como colocá-la ao nível dos povos cultos, que no século actual a consideram
 uma questão d'alta vitalidade e o principal fa / factor de todos os progressos
 560 sociais e políticos? Remunerando dignamente o professorado; [garantindo-
 lhe]¹⁵ um futuro decente e livre de provações; colocando-o ao abrigo da fome
 e provendo as escolas de material que a moderna ciência pedagógica
 aconselha; tornando, enfim, esses verdadeiros ergástulos, que de escholas só
 têm o nome, em verdadeiros templos d'instrução.

565 É este o nosso parecer.

Beja e sala das sessões da[s] Conferência[s] Pedagógicas em Beja
 quatro d'Outubro de mil oitocentos oitenta e oito.

A Presidente

Maria Emília Guerreiro Baptista de Mattos Veiga¹⁶

570 O Relactor

Martinho José Teixeira

O secretário

Luiz d'Almeida Paiva.

Notas

1. O primeiro Ministério dos Negócios da Instrução Pública fora criado por Decreto de 22 de Junho de 1870.
2. Apesar desta ortografia acentuada indicar/sugerir que, na época, o <o> final era articulado fechado, e não aberto como o é hoje, achámos por bem normalizar, eliminando o acento.
3. «dos», no documento.
4. Espaço em branco deixado pelo copista, de tamanho idêntico ao do «conferente» anterior., certamente por não perceber a palavra escrita, que poderia muito bem ser «considerava».
5. «Adicentados», no documento.
6. No texto, «a instrução». Este sector textual apresenta-se confuso e de difícil interpretação. Quanto a nós, essa dificuldade relaciona-se com a omissão, pelo copista, de uma parte do texto, de extensão indeterminada. A reconstrução que apresentamos tem por fundamentos principais, por um lado, a frequência da não acentuação da contracção da preposição e artigo, que em certa medida é pedida pela construção anterior (“serviços prestados” a alguém), e, por outro, o ser admissível que esse “alguém” seja a «instrução primária», por este que bastas vezes ocorre nos textos.
7. No texto. Em vez de «nossa» (1ª pessoa do plural) deveria estar a terceira, ou seja, «da sua» (dos professores de instrução primária). É um erro que ocorre com alguma frequência, reflexo da intromissão inconsciente, num texto impessoal, de factores pessoais daquele que redige a acta, ele também «professor primário». Este tipo de erro volta a surgir mais à frente.
8. No texto «assistirem».
9. No texto. É um erro sintáctico bastante claro – passagem do discurso directo para o indirecto, da 1ª para a 3ª pessoa - que surge quase inconscientemente pela interferência da profissão do próprio relator, ele também professor primário. Decidimos mantê-lo, não corrigindo para «exige a dignidade do professor primário».
10. «podesse», no texto. Admitimos como possível que o copista tenha, quiçá por influência dos conjuntivos próximos, confundido as três últimas letras.

11. No texto «§».
12. No texto «antes», mas pouco claro. Sendo uma lição possível, a ocorrência da mesma ideia duas linhas abaixo leva-me a preferir a lição «estes».
13. Este *incipit* já não apresenta a alteração de grafia anteriormente usada pelo copista, indiciando cansaço, saturação, etc.
14. No texto «frases».
15. «gratuindo-lhe», no documento. Nenhum dos dicionários consultados, entre eles o de 12 volumes de José Pedro Machado e o recente Dicionário da Academia, regista o verbo «gratuir». A área semântica do latino *gratu-* (étimo do português «grato») é a de agradecimento. J.P.Machado também regista «gratir», verbo transitivo antigo significando «agradecer». Nenhum dos casos parece corresponder ao que se depreende do texto, que é «garantia, segurança para o futuro, etc.».
16. Nas actas, o nome apresenta uma ligeira variante «Maria Emília Baptista de Matta-Veiga».